

» Marcos Costa «

O Reino que Não Era deste Mundo

Crônica de
uma República
Não Proclamada

valentina 



O Reino que Não
Era deste Mundo



➤ Marcos Costa ➤

O Reino que Não Era deste Mundo

Crônica de
uma República
Não Proclamada

valentina 

Rio de Janeiro, 2015

1ª edição

Copyright © 2014 by Marcos Costa

CAPA
Duat Design

DIAGRAMAÇÃO
editorfarte

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C87r

Costa, Marcos

O reino que não era deste mundo: crônica de uma república não proclamada /
Marcos Costa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Valentina, 2015.
272 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-65859-47-9

1. Brasil – História – Império, 1822-1889. I. Título

14-16956

CDD: 981.05
CDU: 94(81)

Todos os livros da Editora Valentina estão em conformidade com
o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA VALENTINA
Rua Santa Clara 50/1107 – Copacabana
Rio de Janeiro – 22041-012
Tel/Fax: (21) 3208-8777
www.editoravaleentina.com.br

“A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou e tratou de acomodá-la aos seus direitos e privilégios [...] É curioso notar que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo [...] A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda propaganda, a realização da ideia republicana: ‘Por ora, a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.’”

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*

“Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político impera, rege e governa, em nome próprio, num ciclo impermeável de comando. Essa camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores.”

Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*

“Devemos levar em conta que nada há de mais difícil, nem de sucesso mais duvidoso, nem mais arriscado, do que estabelecer novas leis. O novo legislador terá todos os beneficiados pela antiga legislação por inimigos, e contará com tímidos defensores entre os beneficiados pelas novas leis.”

Maquiavel, *O Príncipe*

Sumário

Apresentação 9

PARTE I • A NOVA ORDEM MUNDIAL

- 1 • A Princesa Isabel e o Barão de Cotegipe: o penúltimo combate 19
 - 2 • O Imperador D. Pedro I em seu labirinto 27
 - 3 • A segunda Independência do Brasil: 7 de abril de 1831 34
 - 4 • Uma revolução à brasileira: mudar para deixar tudo
exatamente como estava 39
 - 5 • A tropa de elite do Imperador D. Pedro II 45
 - 6 • Duque de Caxias e D. Pedro II: parceiros de uma vida 48
 - 7 • A guerra entre dois mundos 54
 - 8 • Os ventos da transformação 61
 - 9 • Fausto e Mefistófeles 65
 - 10 • Um imperador febril, tomado pela síndrome do Tio Patinhas 81
 - 11 • O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: a agência de
marketing do imperador 88
 - 12 • O imperador diante de um tabuleiro de xadrez 94

PARTE II • A CONSPIRAÇÃO

- 1 • Um problema para o imperador e para o Império 101
- 2 • Depois da tormenta, o casamento da Princesa Isabel 108
 - 3 • A ambição do Conde D'Eu 118

- 4 • A primeira viagem da Princesa Isabel à Europa 125
 - 5 • A Guerra do Paraguai 129
 - 6 • A inversão partidária 134
 - 7 • A conspiração dos liberais 138
 - 8 • O papel de Caxias 142
 - 9 • O Conde D'Eu na guerra 149
 - 10 • A questão militar 156
- 11 • A providencial primeira viagem do imperador à Europa 160
- 12 • A Primeira Regência da jovem Princesa Isabel 167
- 13 • O censo de 1872. O imperador quer saber: que país é este? 177
 - 14 • Nasce o movimento republicano 183

PARTE III • CRÔNICA DE UMA REPÚBLICA NÃO PROCLAMADA

- 1 • Terceira Regência ou Terceiro Reinado? 195
 - 2 • O Terceiro Reinado começou 201
- 3 • 13 de maio: a hora e a vez da Princesa Isabel 204
 - 4 • O ressentimento dos republicanos 216
 - 5 • O baile na Ilha Fiscal 221
 - 6 • A reunião do Clube Naval 227
 - 7 • Uma cronologia sumária do golpe 231
 - 8 • O ministério no covil dos lobos 242
- 9 • A astúcia de Benjamin Constant: um golpe dentro do golpe 248
 - 10 • O imperador simplesmente desistiu 256
- 11 • Finalmente: a crônica de uma república não proclamada 261

Apresentação

A VERTENTE

A Independência do Brasil, em 1822, ocorrida de forma súbita e inesperada, convulsionou a sociedade brasileira. A animosidade entre brasileiros e portugueses subiu às alturas. Para jogar lenha na fogueira, em 1823, José Bonifácio apresentou na Assembleia Constituinte um projeto ousadíssimo. Tratava-se de uma lei que extinguiu o tráfico de escravos no Brasil. A elite de negreiros (como eram chamados os traficantes de escravos) e de escravocratas, que era constituída por portugueses em sua maioria, eriçou os pelos com o projeto de Bonifácio, que feria de morte os seus interesses no Brasil. O Imperador D. Pedro I, português, ficou na corda bamba, defendendo ora os interesses da recente nação, ora os dos portugueses.

Fortemente pressionado pela elite — dona do poder, que bancava a Monarquia —, D. Pedro I dissolve as Câmaras e aborta a Assembleia Constituinte. É a primeira vez na história do Brasil independente que, segundo o historiador Raymundo Faoro, sobre o povo e em detrimento dele, o aparelhamento político do Estado pela elite imperou, regeu e governou o país em nome próprio. A partir

daí essa seria a norma no universo da política brasileira, cuja lógica nos rege até os dias de hoje. José Bonifácio acabou exilado na França. Na volta, reconciliou-se com o imperador e, com a abdicação em 1831, foi nomeado por ele tutor de D. Pedro II, herdeiro do trono brasileiro. Foram poucos anos, entre 1831 e 1833, mas tempo suficiente para plantar no jovem imperador algumas sementes, que frutificariam na sua mocidade. À influência de José Bonifácio, D. Pedro II certamente deve certas convicções, que se tornaram vertentes das mudanças que ensaiou para o país. A mais importante delas: a convicção de que a escravidão deveria ser extinta.

A NOVA ORDEM MUNDIAL

Quando James Hargreaves, Richard Arkwright e James Watt inventaram suas máquinas de tear no final do século XVIII, sabiam que estavam revolucionando o mundo. No início do século XIX, com o avanço da Revolução Industrial na Inglaterra, as contradições entre capitalismo industrial e escravidão saltaram aos olhos porque se exigia, cada vez mais, a generalização das relações mercantis. Só o trabalho assalariado poderia significar mercados de consumo cada vez mais amplos, bem como o aumento simultâneo da produção mercantil.

Começam desse modo as articulações da Inglaterra para acabar com a escravidão no mundo. A pressão sobre o Brasil, por meio da Bill Aberdeen, de 1845, vai ser o segundo batismo de fogo do Imperador D. Pedro II, então com 20 anos. O primeiro fora a superação da própria resistência interna à Monarquia no período das regências. No entanto, para o jovem imperador, o fim do tráfico negreiro e da escravidão, numa canetada, seria enorme risco para a Monarquia, visto que as maiores fortunas da época eram oriundas justamente desse tipo de comércio. Seria um suicídio político.

A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, proibindo o tráfico negreiro, só foi possível porque o imperador contou com a astúcia de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que soube transformar a desgraça iminente da elite brasileira em oportunidade de negócio infinitamente melhor, transformando-a de traficante em rentista. A imensa quantidade de capital que ficou disponível para empréstimo ao setor produtivo e comercial revolucionou a cidade do Rio de Janeiro com o surgimento de novas casas comerciais, novas ruas, iluminação pública, linhas de bonde etc. Para o imperador, ficou claro que qualquer alteração na esfera dos negócios que envolvia os donos do poder teria que vir acompanhada de mecanismos profundamente atrativos e compensatórios. Caso contrário, a guilhotina estava posta.

Foi a segunda vez que uma mudança estratégica nos rumos da economia brasileira levou em conta os interesses corporativos dessa elite. Aqui, o jovem imperador, deslumbrado, acordou do seu sonho reformista. A dura realidade de concreto armado era que o seu poder virtualmente não lhe pertencia. Não passava, no fundo, de uma concessão das elites.

Salvas as cabeças, restou para a Monarquia, depois do malabarismo que fez para contemporizar os interesses internos e externos, a convicção de que economia colonial e capitalismo guardavam relações extremamente contraditórias. Era hora de iniciar um movimento na economia brasileira de passagem daquele modelo colonial para o capitalismo industrial, estimulando assim a sua liquidação no curto e no longo prazo.

A questão principal a ser enfrentada era a de livrar o país do trabalho escravo e fomentar ainda mais a produção e o comércio por meio do trabalho assalariado, que criaria um amplo mercado consumidor. Mas como fazer essa transição do trabalho escravo para o assalariado se o trabalho escravo era a base da produção do café e o café era o principal produto brasileiro de exportação?

Os fazendeiros escravocratas formavam a base de sustentação política e econômica da Monarquia; indispor-se com esse setor da sociedade era loucura. A solução deveria vir no longo prazo, e o imperador projetou essa mudança para ocorrer num possível Terceiro Reinado.

Se fosse no Terceiro Reinado, a primeira questão a ser resolvida seria a da sucessão ao trono. Todos os filhos homens do Imperador D. Pedro haviam morrido ainda na infância, de modo que a Princesa Isabel tornou-se a herdeira presuntiva do trono. Dada a situação da mulher no século XIX, numa sociedade patriarcal, era hora de tratar do casamento da princesa. Para casar-se com sua filha, o imperador escolheu um príncipe francês, o Conde D'Eu, cujo pensamento liberal ia ao encontro dos seus projetos.

A partir desse momento, com essa nova ordem mundial em marcha, o imperador urde uma conspiração.

O TERCEIRO REINADO

Dois aspectos da vida da princesa e do conde demonstram claramente qual era o pensamento de ambos a respeito dos rumos que o Brasil deveria tomar. Nas suas viagens à Europa, podemos perceber como a princesa se interessava pelos avanços que a Revolução Industrial estava proporcionando. A cada dia ela se convenciam mais de que o Brasil devia, primeiro, ir diminuindo aos poucos a sua dependência para a produção e exportação de commodities e, segundo, se livrar do trabalho escravo. É emblemático que no fim da Guerra do Paraguai (1870) um dos primeiros atos do Conde D'Eu será decretar o fim da escravidão naquele país.

Não será por acaso também que nas regências da Princesa Isabel as decisões mais importantes no sentido de abolir a escravidão serão tomadas. Na Primeira Regência, em 1871, ela aprova a Lei do Ventre Livre, e depois, a Lei dos Sexagenários. Essa atitude e os fomentos à

imigração, à industrialização, ao comércio etc. vão deixar os fazendeiros com a pulga atrás da orelha. Desde a atitude do Conde D’Eu de libertar os escravos no Paraguai, os fazendeiros já haviam percebido que o Terceiro Reinado se vinha desenhando de modo completamente desfavorável à manutenção do ruralismo, do escravismo e da monocultura do café. As políticas progressistas da Princesa Isabel objetivavam conectar a Monarquia com outra elite, arrivista, urbana, liberal, industrial, comerciante, que vinha ascendendo desde as mudanças operadas na década de 1850. Essa outra elite começava a aparelhar o Estado com a conivência e o beneplácito da Monarquia. Não é por acaso também que logo depois de aprovada a Lei do Ventre Livre, na Primeira Regência da Princesa Isabel, nasce no Brasil o movimento republicano e, em 1873, o Partido Republicano Paulista, o grande articulador do golpe de 1889.

O ÚLTIMO COMBATE

No início de 1888, o Imperador D. Pedro II encontra-se gravemente doente, numa viagem de tratamento pela Europa. A Princesa Isabel está à frente do governo do Brasil na sua Terceira Regência. Há apreensão generalizada no universo da sociedade brasileira. Do lado da elite — fazendeiros escravocratas —, o medo era de que o imperador morresse e tivesse início o temido e perigoso Terceiro Reinado. Do lado da Princesa Isabel, devia-se ao fato de que, para a Monarquia brasileira, o Terceiro Reinado já havia começado e era hora de romper o dique, deixar rolar o tsunami e partir para o tudo ou nada.

No dia 13 de maio de 1888, numa canetada, a princesa faz o que o Imperador D. Pedro II não teve coragem de fazer em quase 50 anos de reinado: pôr fim a um estado de coisas que persistia na sociedade brasileira havia 400 anos. Com esse gesto singelo, diz a que veio e que não estava para brincadeira.

Esse ato profundamente hostil aos donos do poder é revestido de extrema coragem da Princesa Isabel e de extrema importância para o Brasil, pois a partir desse momento deixam de existir o principal entrave para o desenvolvimento do país e o último elo com o passado colonial. Como consequência, passamos a conviver, segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que lutava por vir à luz.

Afrontada em seus interesses e prestígio por uma mulher, essa elite articula o golpe contra a Monarquia no dia 15 de novembro de 1889. Já consumado o golpe, o imperador pergunta ao Ministro Saraiva por que não poderia ser o terceiro reinado da Princesa Isabel. O ministro responde de forma curta e profundamente lúcida: porque o seu reino não é deste mundo.

O BRASIL NÃO TEM POVO?

Com a queda da Monarquia e o advento da República, em 1889, ocorre apenas um desdobramento dos fatos ocorridos em 1871 e 1888. O erro da Princesa Isabel foi subestimar a história, pois, segundo Faoro, “de D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais [...] a comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios públicos como negócios privados”.

O federalismo, menina dos olhos dos republicanos, e a consequente descentralização do poder caíram como uma luva para os produtores de café, sobretudo do estado de São Paulo. Alçada ao poder, livre, portanto, das amarras da Monarquia, essa elite aparelhou o Estado para servir aos seus interesses mais imediatos, criando, aliás, uma série de mecanismos de defesa, por meio dos quais, segundo Celso Furtado, “a classe dirigente cafeeira logrou transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga das quedas cíclicas da produção”.

De 1889 até 1930, o país permaneceu predominantemente agrícola. O censo de 1920 denuncia essa permanência e esse atraso: 69% da população se dedicavam à agricultura e apenas 13% à indústria. Até os dias de hoje o Brasil é um importante exportador de commodities, e é essa atividade que dá certa vitalidade ao PIB do país. Toda essa prática, segundo Faoro, “cobriu o país com a túnica rígida do passado inexorável, pesado, sufocante”.

No final do século XIX, Louis Couty, no livro *L'esclavage au Brésil*, observou que “a situação funcional da população brasileira pode ser resumida numa frase: o Brasil não tem povo”. O povo brasileiro nas ruas, em meados de 2013, subverteu uma lógica que perdurava ao longo dos últimos 500 anos. A lógica de que assistíamos a tudo bestializados, atônitos e surpresos, sem mover um músculo, como se o profundo abismo que nos separa de nossos direitos sociais, da nossa cidadania, do nosso direito de acesso à riqueza do país, aos benefícios da modernização e do desenvolvimento econômico fosse uma barreira natural e intransponível. Vivemos, portanto, um período histórico. Que desse parto difícil, executado a fórceps, nasça um país novo.